

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 882 - de 22 de abril a 6 de maio 2021



INSEGURANÇA ALIMENTAR

**19
MILHÕES
PASSAM FOME**

**PASSA DA HORA DE
CHAMAR O POVO À LUTA**

Vamos lá PT, com Lula, já, varrer o governo genocida



**380
MIL
MORTES**

PANDEMIA

NACIONAL

5 anos depois do estrago feito,
STF considera Moro parcial

pág.9

INTERNACIONAL

Eleições
presidenciais no Peru

pág.11



1º DE MAIO
DIA DE LUTA DO TRABALHADOR

págs. 5 e 7

Por que defender o ensino presencial?

Carta de diretora da UNE propõe o debate

“Após um ano de ensino à distância enfiado goela abaixo por todos os governos, sobretudo, por Bolsonaro, a situação é grave”. Assim inicia a Carta de Dani Braz, diretora da União Nacional dos Estudantes intitulada “Queremos aulas: em defesa do direito ao ensino público e presencial com segurança!” (íntegra: juventuderevolucao.com.br).

A carta abriu uma discussão que reportamos aqui.

Volta às aulas, mas quando?

É o que muitos jovens se perguntam. Com o genocida na presidência, fica mais nítido o caos e a falta de medidas corretas para voltar a estudar com segurança. Na Câmara, negacionistas e cientificistas aprovaram no atropelo o Projeto de Lei 5595/2020 tornando aula presencial “serviço essencial”. De outro lado, entidades científicas e sindicatos

rejeitam o PL afirmando “somente mediante condições sanitárias seguras e vacinação de profissionais da educação”.

Para voltar é necessário tomar medidas concretas. Mas, quem é responsável por estas medidas? São os governos que, ao invés de ampliar verbas, cortam.

Já no Congresso, foi aprovado o Orçamento com milhões a menos para assistência estudantil. Muitos governadores e prefeitos cortam salários, não viabilizam merendas, reformas, bolsas etc, sem falar no aumento das mensalidades da rede privada.

O quadro atual é grave para um retorno presencial seguro, sem dúvida, porém, o prolongamento do ensino remoto é catastrófico.

É hora de reagir, mas como?

Os ataques empurram muitos

jovens que se vêm sem perspectiva à luta e resistência.

Na UFG um jovem disse no debate da Carta que “é essencial que a gente tome atitude e lute nesse momento em que a educação está sendo atacada”. Lá, arrancaram da reitoria testes e mais bolsas para residentes (ver abaixo).

Na UFBA, estudantes da pós-graduação conquistaram mais três meses de bolsas após atos exigindo do governador Rui Costa (PT).

No Rio Grande do Sul, estudantes da escola Aracy Hoffman em São Leopoldo fizeram o governador tucano Eduardo Leite recuar ao tentar fechar turnos da escola. Por lá, na discussão da carta, um jovem disse: “esse descaso com a educação está afastando os jovens, estamos vendo cada vez menos escolas, menos estudantes...”.

Há outras lutas estudantis,

sobretudo por bolsas, como na UFAL, UNB etc.

Defender o ensino presencial

É uma necessidade e uma luta dirigida aos governos como destaca Dani: “Exigimos do governo federal, dos estaduais e prefeituras: vacinas para todos, pelo SUS com calendário, testagem em massa, bolsas estudantis, concursos públicos, biblioteca, merenda, passe-livre, etc. As entidades estudantis podem e devem impulsionar os estudantes”.

O debate proporcionado pela Carta ajuda a refletir e contribuiu nas lutas em curso. Cada uma delas tem sua particularidade, mas em todas é preciso, muitas vezes, ir além do virtual para defender o direito ao ensino público, gratuito e presencial com segurança.

Katrina e Vilela

Ganhar o grêmio para luta estudantil

Estudantes viram o jogo e derrotam chapa branca

Conversamos com Dadá Antunes, estudante da Escola Estadual Ludgero Braga, militante da Juventude Revolução do PT. Ele falou sobre a eleição do seu grêmio e a luta contra o ensino remoto excludente.

Como foi organizada a eleição do grêmio da sua escola?

Foi o pior sistema de eleição já visto em grêmio. Era burocrático, dificultava a participação. O aluno tinha que votar pela internet com o número do seu registro de aluno e uma



Dadá, que organizou a chapa vencedora

senha. Se era a primeira vez que você acessava o sistema, você tinha que ir em outro site, preencher um enorme formulário. Foi uma eleição organizada pela Diretoria de Ensino e onde suspeitamos que a prefeitura do PSL ajudou a articular com a direção das escolas uma chapa única nos grêmios, para ter um tipo de grêmio fantoche da direção. Mas eles foram derrotados, não só na minha escola. No Álvaro Guião, a mais tradicional escola da cidade, a JR do PT apoiou também uma

chapa de oposição chamada “Força Democrática” que ganhou da chapa fantoche.

Como foi feita a chapa de vocês, qual o programa político?

Nós só tivemos um dia para montar a chapa e conseguimos reunir 20 estudantes. Eles deram um tempo de formação de chapa, mas não informaram para ninguém. No último dia a direção disse seria chapa única, pois já exista uma chapa montada pelas costas dos estudantes. Mas nós da JR do PT não aceitamos. Os estudantes ficaram indignados diante do processo antidemocrático. Nosso programa era não aceitar essa manobra e lutar para que a educação chegue

aos estudantes. Os estudantes da periferia, como eu, não têm acesso às aulas remotas. Nós dissemos aos estudantes: isso não pode continuar! Nós temos que lutar para a educação chegar a todos. Nós tivemos 93,8% dos votos.

Qual vai ser a primeira ação de vocês agora no Grêmio?

Nós vamos fazer uma pesquisa com os estudantes para saber exatamente quantos não estão conseguindo acessar as aulas remotas, quais são os seus problemas. Com essa informação nós vamos lutar para que o governo crie os meios para que a educação chegue até eles. Essa situação não pode continuar.

Na UFG, residentes vão pra cima e reitoria recua

Mobilização estudantil conquista testagem e ampliação na bolsa

Após uma assembleia presencial de moradores da CEU 5 (uma das casas estudantis da universidade) os estudantes fizeram uma carta de reivindicações à reitoria com a principal demanda de revogação das portarias que cortaram diversas bolsas e auxílios, além da exigência de testagem regular para COVID nas casas e melhoria no serviço de internet para acesso às aulas remotas.

Para defender esses direitos, os estudantes precisaram fazer um ato presencial para entregar a pauta de

reivindicações seguindo os protocolos sanitários com distanciamento e proteção. Além da faixa exigindo a revogação do corte de bolsas e testagem regular, foram levantados cartazes dizendo “tire a mão das nossas bolsas” e “menos cortes, mais educação”. A mobilização gerou resultados, ainda no dia do ato a Pró-Reitoria de assistência estudantil ampliou os critérios de admissão para uma das bolsas, destinada à permanência de estudantes de baixa renda. Na semana seguinte fechou parceria com um

laboratório da própria UFG para realização da testagem dos residentes.

Reversão do corte e por testagem regular

A residente Verônica Ferreira, militante da JR do PT de Goiânia, disse que “foi com luta que tivemos essa primeira conquista, quanto mais amplo for o movimento das bolsas mais chance teremos de reverter essas portarias”. A diretoria do Diretório Central dos Estudantes da UFG até aqui se limitou a reuniões e atos

virtuais quando deveria ser ativa na articulação e mobilização. Os residentes cobraram da entidade, mas não esperaram para agir.

Esta luta, como outras que se desenvolvem nas bases do Movimento Estudantil em outros estados, é uma chama para a mobilização contra os cortes do ensino superior. Está na ordem do dia a defesa da universidade pública e da assistência estudantil contra os ataques do genocida Bolsonaro.

Correspondente

O povo no limite do sofrimento

Nas cúpulas, apesar da crise, a turma se entende na hora de ferrar o povo e a nação.

Bolsonaro, com discurso fraudulento na Cúpula de Líderes sobre o Clima, ganha elogios de “positivo”, vindos de porta-vozes do governo imperialista de Biden. Normal, esses líderes são os mesmos que aproveitam a pandemia, cada um a seu modo, para atacar os trabalhadores e a democracia. É o capital, e não apenas o medíocre ministro Ricardo Salles, que aproveita a pandemia para “passar a boiada”.

Numa situação de alerta. A pandemia escancarou a profunda desigualdade, consequência inexorável da sobrevivência do capitalismo, em crise profunda. O governos buscam salvar a si mesmos e ao sistema, diante da situação que está por vir. Não por acaso o Fundo Monetário Internacional faz agora estudos sobre as explosões sociais, prevendo que o “círculo vicioso da desigualdade social poderia transformar-se em um crack sísmico político”.

O Brasil não foge à regra.

Do general Braga Neto à empresária Luíza Trajano ouve-se propostas de “união nacional” e “pacto”, para preservar o governo que impõe o sofrimento ao povo.

Mais da metade da população brasileira, 116 milhões, vive em situação de insegurança

alimentar que o mísero auxílio emergencial não resolve.

O desemprego avança e os trabalhadores são empurrados à diminuição de salário e direitos, além de sujeitos a condições de trabalho e transporte sem proteção à Covid-19.

A maioria trabalhadora está desprotegida, sem testes e vacina, carentes de hospitais e de trabalhadores da saúde suficientes para dar conta da pandemia fora do controle.

Este é o dia a dia do povo. Até quando?

ORGANIZAR A LUTA SEPARANDO O JOIO DO TRIGO

Bolsonaro oferece as estatais como xepa de feira. Depois das 28 privatizações (aeroporos, portos e estradas), agora são os Correios e a CEF que estão ameaçadas.

Até quando o povo vai suportar, a vida dirá, pois cedo ou tarde uma explosão virá.

As organizações construídas pelos trabalhadores deveriam responder: até aqui, bastou!

Nem mais um dia de mais famintos, de mais desemprego, de mais mortos! Uma luta tão dura quanto necessária, que deve

ser trilhada num caminho que dê confiança às massas.

O PT revigorado pela decisão que anulou os fraudulentos processos de Lula, está chamado a organizar a verdadeira solidariedade ao povo, sendo a linha de frente para impulsionar a luta, já, para acabar com este governo. (Registre-se: o Supremo Tribunal Federal não se redime perante nação, cinco anos depois, com os 580 dias de prisão de Lula e sua exclusão das eleições de 2018. O STF foi conivente com o fato consumado que resultou no genocídio).

O dia 1º de maio, dia internacional de luta da classe trabalhadora, é dia para a CUT organizar a luta dos trabalhadores que perdem direitos e empregos, dos bancários e ecetistas, que querem resistir às privatizações. Dos servidores que querem derrotar a reforma administrativa. Mas para isso, é preciso separar o joio do trigo. Um 1º de maio com os que privatizaram, fizeram as contrarreformas trabalhista e da Previdência? É trazer a erva daninha para dentro (ver pag.7).

Neste 1º de maio, os grupos de base do Diálogo e Ação Petista estarão presentes, ao lado dos trabalhadores, nos atos sem patrões e golpistas, agindo como o PT agia, em atividades adequadas à situação da pandemia, levantando bandeiras que ajudem a estancar o sofrimento do povo.

NOTAS

19 milhões com fome

Um pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN) publicada em março deste ano revelou a tragédia da fome que se abate sobre grande parte da população brasileira. Segundo a pesquisa, no final do ano passado, sobre uma população de 211,7 milhões de pessoas, 55,2% dos brasileiros se encontravam em “insegurança alimentar”. Isso quer dizer que eles enfrentaram problemas para obter comida suficiente para sua família no final do ano passado.

São 116,8 milhões de brasileiros que convivem com algum grau de insegurança alimentar, ou seja, encontram dificuldades para fazer todas as refeições no dia. Destes, 43,4 milhões, sem alimentos em quantidade suficiente, comeram menos do que o necessário para suas necessidades nutritivas básicas. Dos quais 19 milhões passam fome, ou seja, 9% da população do Brasil. Uma verdadeira catástrofe que se abate sobre o povo brasileiro.

Enquanto 65 pessoas acumulam R\$ 1,2 trilhões

É neste mesmo país que, no mesmo ano, o número de bilionários aumentou de 45 para 65, segundo ranking divulgado pela revista

Forbes. Somados esses 65 indivíduos possuem uma riqueza estimada em 1,2 trilhões de reais.

Empobrecimento

Do outro lado, metade das famílias brasileiras empobreceram em 2020. A pesquisa da PENSSAN mostrou que dos lares pesquisados 49% das famílias informaram que tiveram redução de renda em 2020. 52% afirmam que tiveram que cortar gastos essenciais (como alimentação, vestuário e moradia) para conseguir passar o mês.

O desemprego bateu na porta de 19% dos lares que tiveram pelo menos uma pessoa que perdeu o trabalho.

Falta até água para lavar as mãos

Em plena pandemia, a medida mais básica de higiene que é lavar as mãos com água corrente e sabão foi um problema. Em 22% dos lares não há água potável ou sofrem com falhas de abastecimento. Enquanto alguns pregam o “fique em casa” quase um terço (32,4%) das famílias brasileiras vivem em lares onde há menos de 1 cômodo por pessoa. Ou seja, são lares onde é absolutamente impossível fazer isolamento de pessoas com sintomas de covid do resto da família.

Memória

DITADURA UTILIZA A LSN PARA CONDENAR LULA

Lula e mais dez sindicalistas do ABC aguardam julgamento, em Brasília, do recurso em que procuram livrar-se da condenação à prisão que sofreram por decisão da Justiça Militar de São Paulo. Eles foram condenados por terem dirigido a greve do ABC de 1980. (...) Para os trabalhadores não existe democracia no Brasil. A democracia é incompatível com o regime militar. Mas são os trabalhadores os maiores interessados em que a democracia seja conquistada. Por isso cabe ao PT, mais do que a qualquer outro, colocar no centro de sua atividade a luta contra a LSN, contra a condenação de Lula e dos sindicalistas do ABC, afirmando seu direito de lançar, contra a ditadura, seus candidatos às eleições de novembro.

O Trabalho nº 147 – 14/4/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

Qual é a responsabilidade do PT?

“Não haverá justiça com moros e dalagnóis no judiciário”



Site PT

Com decisão do STF Lula recupera direitos políticos

A Executiva do PT tinha o que comemorar no dia 16 – a vitória de Lula no STF na véspera dia 15 (v. pág. 9) – mas também tinha muito com que se preocupar. A miséria, o desemprego e o caos sanitário não podem ser apenas tema de nota de protesto. Deveriam ser objeto de uma ação firme de Oposição no rumo de verdadeiros atos de 1º de Maio. Mas não foi assim.

Lula que estava presente, foi muito feliz ao lembrar que “não haverá justiça no Brasil enquanto houver moros e dalagnóis na judiciário brasileiro”. De fato, não é uma justiça de verdade para o povo. O PT deveria aprofundar a discussão dos meios para refundar as carcomidas instituições do país, as mesmas que produziram este Bolsonaro. A injustiça contra Gabrielli (v. abaixo) confirma a urgência da questão.

Mas parece que não será agora. Pois foi o próprio Lula quem informou os membros da Executiva de que o ato

nacional das 9 centrais sindicais (virtual), onde ele está convidado, “será amplo geral e irrestrito, terá o FHC, um direito da CUT convidar porque ficou satisfeita no ano passado, e eu não reclamo”.

A maioria dos dirigentes não foi além disso, se é que não ficou aquém de Lula. Uma liderança propôs assumir “assumir os eixos do 1º Maio, e, como o MST, sobretudo levantar o Lockdown nacional”, como se ele fosse uma reivindicação, e não é. Outro dirigente propôs enfrentar o governo com um “gabinete do amor” por meio da “profissionalização da Comunicação da FPA e do PT nas redes sociais”. E quase todos os líderes que falaram, inclusive Lula, citavam inebriados o sucesso do chamado de PT Solidário, campanha de coleta de alimentos, como chave da luta no período.

Que luta? Uma nota oficial comemorou 100 toneladas de alimentos em 15 dias arrecadados em todo o

país. Nobre intenção, sem dúvida, ninguém seria contra. Mas isso daí mal arranha a questão, e não resolve para nada a necessidade de 19 milhões que passam fome, além de mais de 100 milhões em “insegurança alimentar”. O problema é que essa campanha pode estar desfocando a militância do PT da luta real pelo fim do governo responsável pela fome e pelo desemprego. Afinal, não é papel de partido político fazer assistência, para isso tem a caridade, as igrejas e as ONGs.

Na verdade, parece haver na direção uma resolução, não-escrita

obviamente, de empurrar e esperar as eleições de outubro de 2022. Mas justamente porque “a fome não pode esperar”, nem as medidas sanitárias contra a pandemia podem ficar na mão de um genocida que sabota, por isso, é preciso lutar pelo fim do governo Bolsonaro o quanto antes melhor.

Esta é a responsabilidade do PT que nenhum “seminário” ou “live” resolverá. É para isso que o Diálogo e Ação Petista chama os militantes, parlamentares e dirigentes.

J.A.L.

JUSTIÇA PARA GABRIELLI! TCU PERSEGUE EX-PRÉSIDENTE PETISTA DA PETROBRAS

Foi uma vergonhosa injustiça feita pelo Tribunal de Contas da União com o petista José Sérgio Gabrielli, professor de economia baiano e ex-presidente da Petrobras nos governos de Lula. Ele foi condenado dia 15 pela compra da Refinaria de Pasadena nos EUA, em 2006, com uma impagável multa de R\$ 110 milhões e oito anos de inabilitação para cargo público.

Na verdade, a aquisição vinha da estratégia de ampliar a refino no exterior do governo anterior de FHC, e se arrastava desde 1998. Gabrielli na Petrobras não teve participação pessoal na negociação. Um parecer da equipe técnica da empresa confirmou a operação e, agora, os próprios auditores do Tribunal foram explícitos pela exclusão do seu nome da lista de acusados.

Por que, então, a sua condenação pelos ministros (juízes) do TCU? Por que, no mesmo momento, Deyvid Bacelar, dirigente da FUP (Federação Única dos Petroleiros), sofre represálias por sua legítima atividade sindical?

Na complexa história da Petrobras, Gabrielli foi o presidente da fase de grande expansão e de quando se passou a explorar do Pré-sal no rumo de um desenvolvimento soberano. Esse foi um fator que levou o imperialismo e a boa parte da classe dominante, no caso através de Moro e da quadrilha na Lava-Jato - com o longo braço do DoJ (Departamento de Justiça dos EUA) atrás - a perseguir o PT, seus dirigentes, Lula, com o golpe do impeachment que derrubou Dilma.

Lula recuperou seus direitos políticos e Dilma foi absolvida nesse processo do TCU. Mas a sacanagem com Gabrielli adverte o PT e a nação: as instituições do golpe, jurídicas, parlamentares e militares, estão aí à espreita, é preciso limpá-las!

A hora é de repudiar a perseguição e exigir a anulação da condenação de Gabrielli.

Organizar a luta do povo

A Campanha “PT Solidário” não desvia energia da luta principal?

O Diretório Nacional do PT lançou uma campanha de arrecadação de alimentos para o povo atingido pela fome, envolvendo parlamentares e diretórios como sedes para local de doação. O PT agora calcula as toneladas que os militantes juntam. Está prevista nova entrega de alimentos no dia 1º de maio. A movimentação desvia da tarefa principal de lutar pelo fim do governo Bolsonaro.

Solidariedade cotidiana

Para quem atua nas periferias a solidariedade é um fato cotidiano, não é novidade. É comum vizinhos organizarem “vaquinha” para

pagar enterro, dinheiro para a família doentes, vizinhas cuidarem dos filhos de mães com problemas de saúde. Todos os dias uma mãe divide o pouco que tem para comer com outra mãe que nada tem!

Cobrar o papel do Estado

Não criticamos quem, de bom coração, arrecada. Contudo é vital discutir no âmbito dos movimentos, sindicatos e no PT, a necessidade de exigir dos órgãos de Estado que cumpram seu papel e providenciem alimentos. Isso exige mobilização coletiva, audiência com autoridades, e explicação para a base dos moradores de que o Estado quem deve

resolver. Inclusive explicar aos jovens militantes que não podemos enxugar gelo. O problema de conjunto só o Estado tem como arrumar recursos para resolver.

Um exemplo temos na Ocupação Douglas Rodrigues na zona norte paulistana. Mesmo com centenas de cestas básicas, vindas da solidariedade de professores e entidades amigas, a direção do movimento se dirige a Prefeitura exigindo a entrega de cestas básicas para todas as 1.800 famílias. Eles sabem que sua responsabilidade é cobrar do Estado, que use o orçamento para atender as necessidades das famílias. Esse seria um papel dos dirigentes do PT,

vereadores e militantes estimular e organizar.

Adilson Souza, presidente do Diretório Zonal da Brasilândia e membro do DAP, em carta à presidente Gleisi, corretamente, aponta que o PT deveria se lançar na luta pelo fim do Governo Bolsonaro. Aponta que a tarefa prioritária do PT é organizar os militantes, todos os diretórios e parlamentares para a luta aberta por nem mais um dia para o genocida Bolsonaro. Um partido não é um clube nem uma igreja. O PT, como partido de oposição, não deve se desviar desta tarefa: organizar o povo para a luta.

Henrique Ollitta



VIVA O 1º DE MAIO!

Panfleto do Comitê Nacional do DAP para as atividades do dia de luta da classe trabalhadora

Diálogo e Ação Petista (DAP) saúda o 1º de Maio - Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora – que em 2021 ocorre nas mais difíceis condições de ataques ao povo trabalhador no Brasil e no mundo. Ataques que foram acelerados pela pandemia da Covid-19, que é utilizada por governos a serviço dos grandes capitalistas para jogar milhões no desemprego, na fome, na doença e na miséria, e que, ao mesmo tempo, provocam a resistência e revoltas dos trabalhadores e povos na América Latina e em todos os continentes.

O governo genocida de Bolsonaro, com seus generais-ministros, é o principal responsável pelos mais de 380 mil mortos pela Covid-19 no Brasil, ao mesmo tempo que protege grandes empresas nacionais e multinacionais que demitem milhares para defender os seus lucros. O resultado é que os ricos estão mais ricos e os pobres mais pobres.

O desemprego, o aumento dos preços dos alimentos e gás de cozinha, a falta de proteção à saúde do povo nos locais de trabalho e moradia, a falta

de investimentos públicos em hospitais e pessoal da linha de frente do combate à pandemia, a falta de vacinas, tudo isso é resultado da política do governo Bolsonaro, complementada por medidas contraditórias de governadores e prefeitos, que abrem e fecham a economia por pressão de empresários, enquanto os transportes seguem lotados e o povo é colocado diante da escolha de morrer pelo vírus ou pela fome.

Nós, militantes petistas agrupados no DAP, estaremos presentes em todas as atividades de 1º de Maio pelo país afora, que levantem as exigências de defesa do povo trabalhador, cobrando o seu atendimento pelo poder público em todos os níveis. Destacamos dentre essas exigências e reivindicações:

- ★ Vacinas para todos e todas e testagem em massa já!
- ★ Auxílio emergencial de 600 reais! É inaceitável que Bolsonaro e o Congresso dêem uma “ajuda” de 5 reais por dia aos mais necessitados, que é o que fazem hoje, condenando o

povo à fome

★ Nenhuma demissão, nem redução de salários! Em defesa dos empregos.

★ Tabelamento dos preços da cesta básica (só o arroz subiu 60%) e do gás de cozinha (que bateu em 100 reais) é uma necessidade urgente para botar comida na mesa de nosso povo!

★ Não à reforma administrativa que ataca os serviços públicos, inclusive o SUS, que são o único recurso que o povo tem acesso, em plena pandemia!

★ Não às privatizações: em defesa dos Correios, da Caixa Econômica Federal e da Eletrobras – Soberania Nacional!

★ Revogação da Lei de Segurança Nacional da ditadura – Democracia!

★ Fora Bolsonaro! Nenhum dia a mais para esse governo genocida!

O 1º de Maio é o dia de luta da classe trabalhadora em todo o mundo, um momento de levantar as nossas exigências e reivindicações e reforçar a consciência de que nossos

inimigos são aqueles que nos exploram, os grandes capitalistas, e seus representantes nos governos e nos poderes legislativo e judiciário.

Por isso mesmo, para nós do DAP, é incompreensível que a CUT, junto com outras centrais sindicais, convide para um ato virtual de 1º de Maio inimigos dos trabalhadores, como o ex-presidente tucano FHC e Rodrigo Maia do DEM, que sempre defenderam os interesses dos grandes empresários contra os nossos, que bancaram o golpe contra a democracia que foi o impeachment da Dilma e a prisão do Lula, além de outros políticos oportunistas, hoje “arrependidos” de seu apoio a Bolsonaro em 2018 e que posam de “democratas”. Eles não são bem vindos no dia de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras!

Viva o 1º de Maio!

Fora patrões, golpistas e inimigos dos trabalhadores do nosso dia de luta!

Nem um dia a mais para o governo genocida de Bolsonaro!

Comitê Nacional do DAP

EM PERUS (SP), NAS RUAS



DAP coleta assinaturas pela testagem e conversa com a população.

grupo de base do DAP Pirituba-Perus-Morro Doce, na capital paulista, realizou, no dia 9 de abril,

sua terceira atividade presencial na região. Todos com álcool gel, máscara e distanciamento! É, gente; dá pra fazer!

Dessa vez foi em frente à UBS da Vila Zatt, que é também um posto de vacinação contra a Covid-19. Chegamos lá de manhã, montamos a nossa mesinha e começamos a coletar assinatura por testagem em massa da Covid. Praticamente não houve recusa das pessoas em assinar.

Os militantes do DAP, mantendo o distanciamento, ouviram o povo falar do desemprego, da falta de auxílio,

do abandono dos governos ao povo trabalhador. E explicaram o projeto de lei da testagem, a exigência da vacina para todos pelo SUS- e isso tudo só vai rolar se o Fora Bolsonaro for de vez para as ruas!

Ficar em casa com fome, panela vazia, sem auxílio... pode dar certo?!

Os militantes ficaram animados e decididos a continuar rodando a região, conversando com a população sobre suas necessidades mais urgentes.

Correspondente

PRESSA PARA A LEI DA TESTAGEM

Por iniciativa do DAP de Volta Redonda-RJ, um projeto de lei da testagem em massa foi apresentado pelo vereador Walmir Victoir, do PT, e aprovado em caráter de urgência pela Câmara Municipal. Agora só falta a sanção do prefeito Neto (DEM).

Seguindo todos os protocolos de segurança, o DAP promoveu, nas

feiras livres dos bairros Aterrado e Vila Santa Cecília, nos dias 27 e 28 de março, coleta de assinaturas ao abaixo-assinado, para exigir celeridade na sanção do projeto.

Nessa atividade, foram coletadas mais de 350 assinaturas, por meio físico e digital.

No diálogo com a população, foi

abordada a necessidade da testagem em massa para a efetiva contenção da disseminação da pandemia, diminuindo os riscos aos trabalhadores nas suas atividades cotidianas. Além disso, foi explicado que a testagem em massa não é alternativa à vacina: exigimos ambas!

Correspondente

DAP CEARÁ ORGANIZA AS LUTAS

No dia 11 de abril, mais de 60 militantes se reuniram no Encontro estadual do DAP do Ceará. A reunião, que durou mais de três horas, contou com a presença do companheiro Markus Sokol, da Executiva nacional do PT e Comitê Nacional do DAP, que fez a exposição inicial. Sokol frisou que as organizações dos trabalhadores, em particular o PT e a CUT, não podem se submeter às pressões para participar de uma “união social contra a pandemia”. Disse que as reivindicações do povo trabalhador devem ser atendidas já, e não esperar 2022. A conclusão do encontro foi a necessidade de por fim já ao governo Bolsonaro e organizar as lutas, como a participação no 1º de Maio. Foi formado um Comitê Estadual com representantes dos grupos de base.

Correspondente

Greve de servidores em Joinville

Categoria reage a projeto de reforma da Previdência

O prefeito de Joinville, Adriano Silva (Novo), enviou para a Câmara Municipal uma reforma da previdência que ataca o direito à aposentadoria dos trabalhadores. Os servidores municipais, convocados pelo sindicato, foram à luta. O Trabalho entrevistou Jane Becker, presidente do SINSEJ, que está à frente desta mobilização.

O Trabalho - Os servidores decidiram entrar em greve, como está a mobilização?

Jane Becker - Os projetos do prefeito que modificam a aposentadoria dos servidores públicos municipais, além de aumentar a alíquota de 11% para 14%, alteram as regras para o acesso à aposentadoria, aumentando a idade, o tempo de contribuição e reduzindo em até 40% o valor da aposentadoria se o servidor conseguir se aposentar.

Ele também pretende alterar a Lei Orgânica do Município e garantir essas adequações e ainda cria uma



Jane fala em manifestação dos servidores

contribuição complementar que pode elevar a alíquota para até 27%.

Contra esses ataques, a categoria deflagrou greve no dia 15. Fizemos uma série de manifestações na porta da Câmara e uma grande carreta no fim de semana, alertando a população para esses ataques ao serviço público.

OT - Quais foram os primeiros resultados da mobilização?

JB - Com a resistência da categoria

e o diálogo com os vereadores, vários setores se mobilizaram. Procuradores e auditores fiscais do município fizeram uma análise do projeto, levantando vários pontos inconstitucionais.

Já em tramitação na comissão de legislação e justiça da Câmara, o SINSEJ levantou uma série de questionamentos, contestando inclusive a admissibilidade dos projetos de lei.

O prefeito quer atropelar a discussão, fazer tramitar sem debate, sem audiências públicas, mas nossa pressão fez com que outros vereadores se posicionassem contra e um deles entrou na Justiça questionando a tramitação de um PL que altera a lei orçamentária sem audiência. A justiça acatou o pedido e uma liminar suspendeu a tramitação na sexta-feira (16), uma vitória parcial dos servidores. Por isso na segunda (20) decidimos suspender a greve e ficar em estado de greve, se voltasse a tramitar, o que aconteceu. Na terça-feira

(21) no início da noite, a liminar foi derrubada.

Os vereadores marcaram na mesma noite uma reunião para tramitar os projetos. Felizmente a categoria atendeu ao chamado urgente do sindicato e foi se manifestar na Câmara. Apesar da tentativa de fechar as portas da casa legislativa e do forte policiamento, alguns servidores conseguiram entrar e outras dezenas ficaram do lado de fora, mobilizados. A sessão foi adiada para quinta-feira (23).

OT - E quais os próximos passos da luta?

JB - Nesta quinta (23) a reforma foi aprovada na comissão de constituição e justiça e seguirá tramitando. Em uma grande assembleia realizada na porta da câmara a categoria decidiu manter o estado de greve e que a direção do sindicato deve convocar nova paralisação frente a qualquer votação em outra comissão ou no plenário. Seguiremos em luta!

Bolsonaro Genocida!

Campanha de outdoors é reforçada após perseguição a dirigente sindical

Em março, a vice-presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Aduferpe), Erika Suruagy, foi intimada a depor na Polícia Federal em um inquérito, indevido e

sem base legal, aberto a pedido de Jair Bolsonaro. O motivo: o outdoor "O senhor da morte chefiando o país, no Brasil 120 mil mortes por Covid-19. Fora Bolsonaro", decidido pela base da categoria em conjunto com outras entidades sindicais.

Desde esses primeiros outdoors, infelizmente, o país já triplicou o



número de mortes (já são mais de 380 mil) por conta da Covid-19. A verdadeira acusação ao genocida Bolsonaro, reafirma a necessidade de continuar a luta.

A Aduferpe e demais entidades sindicais decidiram reeditar a campanha, ratificando o seu conteúdo político e atualizando o absurdo

número de mortes no Brasil, boa parte evitáveis não fosse o desastre que é esse governo. Diferente da primeira edição, que teve um caráter local, agora a campanha foi ampliada com centrais sindicais, dentre elas

a CUT, sindicatos, movimento estudantil e entidades nacionais como o ANDEs e a CNTE.

É inaceitável esse ataque ao direito de organização sindical e de expressão, que Bolsonaro busca através da intimidação para silenciar os que lutam contra seu governo genocida.

Dezenas de outdoors estão sendo

espalhados pelo estado de Pernambuco no mês de abril e começam a ganhar outros estados do país. Além da campanha de moções de apoio que podem ser enviadas a Aduferpe (secretaria@adufferpe.com), os sindicatos podem contribuir, incluindo sua logomarca na campanha e custeando a produção de pelo menos 1 outdoor, que tem o custo em torno de R\$1.000. A Aduferpe pode ajudar na viabilização do outdoor.

Joelson Souza

Última hora: Vitória! Inquérito contra Erika foi arquivado. (Leia mais informações em www.otrabalho.com.br)

Solidariedade à Deyvid Bacelar

O PT lançou nota contra a perseguição política do dirigente sindical da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) por parte da direção da Petrobras. Trechos: "O PT presta total solidariedade ao líder dos petroleiros

Deyvid Bacelar [...]. Mesmo estando no exercício legal de seu mandato, o dirigente foi punido por sua luta contra a privatização da Refinaria Landulpho Alves e em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A punição "disciplinar" [...] foi tomada pela gestão do presidente Roberto Castello Branco que, às vésperas de deixar o comando da empresa, tenta intimidar os trabalhadores com sucessivas práticas

antissindicais.

A medida é mais uma faceta da política de desmonte da Petrobras [...] da desnacionalização de ativos, de alinhamento à política de preços internacionais

e da perseguição aos trabalhadores. [...] O PT se soma à FUP que exige respeito à liberdade sindical e reafirma disposição de jamais deixar de lutar para reverter as privatizações do Sistema Petrobras [...].

Não à privatização dos Correios

Na calada da noite do dia 13 o governo incluiu os Correios no Programa Nacional de Desestatização (PND), justificando que o setor público "não tem condições de realizar os investimentos necessários para o

desenvolvimento dos serviços postais brasileiros".

Em 2020 os Correios tiveram lucro bilionário e é a única empresa brasileira que está presente em todas as regiões do país. O secretário-geral da

FENTECT-CUT (Federação dos trabalhadores da ECT), José Rivaldo, afirma: "os Correios são essenciais para a população. A privatização irá prejudicar o povo brasileiro, principalmente aquelas pessoas que vivem

distantes dos centros urbanos e que não poderão ter mais acesso ao serviço postal.

A venda dos Correios só vai beneficiar o mercado privado em detrimento do povo brasileiro".

Rivaldo lembrou ainda a importância dos Correios na entrega de livros didáticos, das urnas eletrônicas e das provas do ENEM em todo o país. Ele afirma que a FENTEC permanecerá em luta contra a privatização.

Por um 1º de Maio sem golpistas e inimigos dos trabalhadores

Ato virtual unitário de seis centrais é questionado no interior da CUT



São Bernardo do Campo, 1º de maio 1978: no terreno da independência de classe os trabalhadores constroem sua luta.

Foi preciso duas reuniões da executiva nacional da CUT, em 14 e 19 de abril, para que uma maioria de dirigentes aprovasse o “formato” do 1º de Maio virtual que o presidente da central, Sérgio Nobre, havia acordado com outras cinco centrais (UGT, Força Sindical, CTB, Nova Central e CSB).

Em 14 de abril, a executiva foi informada pelo seu presidente sobre os eixos e convidados para o ato nacional de 1º de Maio. Nobre disse que seria um ato “em defesa da vida, do emprego e da democracia”, ampliado a todos que são contra Bolsonaro (apesar de não ter “Fora Bolsonaro” no cartaz oficial), daí o convite feito pelas centrais a FHC, Rodrigo Maia, Ciro Gomes, Marina Silva, além de Lula, Dilma e outros. Dória (SP) e Leite (RS), governadores, estavam previstos, mas “poderia haver ajustes”, disse Sérgio Nobre, “desde que não seja um grupo de amigos”.

Em sua fala, João Batista Gomes, respondeu: “Muito menos um grupo

de inimigos, como Rodrigo Maia, que bancou a reforma trabalhista de Temer e a da Previdência, além sentar em cima de 60 pedidos de impeachment do Bozo; o que dizer do FHC, que privatizou tudo o que pode em seu governo e reprimiu a greve dos petroleiros, ou outros que votam ou aplicam medidas contra a classe trabalhadora no Congresso e governos estaduais?”.

Dirigentes de todas as forças presentes na instância falaram contra a presença de inimigos da classe trabalhadora no 1º de Maio e criticaram seus eixos genéricos. Já a Articulação Sindical (ArtSind), maioria na executiva, propôs nova reunião no dia 19, pois não havia chegado a um acordo interno sobre a questão.

Quem dirige a CUT?

Em 19 de abril, sem a presença do presidente da CUT, dirigentes ligados à ArtSind informaram mudanças no formato: os governadores não seriam mais convidados, haveria um vídeo da entrega da plataforma das

centrais aos presidentes da Câmara e do Senado, mantendo-se a presença de FHC, Maia e outros indicados pelas centrais, além de Lula e Dilma.

A pergunta imediata foi: que plataforma é essa que será entregue? Dentre os presentes, ninguém sabia a resposta. Em sua fala, Marize Carvalho propôs uma nota pública dos que registraram posição contrária a tal “palanque” de 1º de Maio (ver Box).

Situação que mostra também outro problema: a executiva da CUT recebe “pratos feitos” de acordos no Fórum das centrais, sem que sequer tenha discutido o assunto. O que já havia ocorrido no 1º de Maio de 2020 e

em outras iniciativas feitas em nome da CUT, sem discussão no seu coletivo de direção.

Felizmente, várias CUTs estaduais adotaram ações para o 1º de Maio – carreatas em São Paulo, atos no RS e outros estados – de caráter classista e de luta. Ações que irão permitir preservar o caráter do Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora e que podem ser um ponto de apoio para a luta contra a exploração do capital sobre a força de trabalho, potencializando a luta por nem um dia a mais para o governo genocida de Bolsonaro desde o ponto de vista da classe trabalhadora.

Lauro Fagundes

NOSSA POSIÇÃO SOBRE O 1º DE MAIO

Em 21 de abril uma nota assinada por 12 membros da executiva nacional da CUT, veio a público. Trechos abaixo (ver íntegra em www.otrabalho.org.br):

“Não podemos aceitar a presença de inimigos de classe, golpistas, representantes dos capitalistas exploradores, dos políticos que votam medidas de ataques aos nossos direitos, empregos e salários, no palanque da maior data de luta da classe trabalhadora mundial.

Não podemos aceitar o rebaixamento das nossas pautas no 1º de Maio: a luta da CUT é pelo auxílio emergencial de R\$ 600,00, por vacinação e testes em massa para todos, pela defesa do SUS e dos serviços públicos, contra a reforma administrativa e as privatizações que o governo avança de forma violenta nos Correios, Petrobrás, Energia Elétrica, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e a EBC- Empresa Brasileira de Comunicações.

A luta da CUT é pelo Fora Bolsonaro, nenhum dia a mais para esse governo genocida, condição essencial para que o país reencontre o caminho da preservação da vida, da democracia e dos direitos da classe trabalhadora.

Somos fortes, somos CUT!

Viva o Primeiro de Maio da Classe Trabalhadora!

Fora Bolsonaro!

Angela Maria de Melo, Claudio Augustin, Daniel Gaio, Ismael José César, Ivonete Alves, Jandyra Uehara Alves, Janeslei Albuquerque, João Batista Gomes, Maria de Fátima Veloso Cunha, Marize Souza Carvalho, Milton dos Santos Rezende, Rosana Sousa Fernandes

União nacional com o genocida?

Ofício de 10 centrais a Pacheco propõe comissão contra a crise

Em 24 de março – dia em que as centrais sindicais convocaram um “lockdown dos trabalhadores” e até hoje não se sabe quem “ficou em casa e não foi trabalhar” (ver OT 881) - foi enviado, na surdina, um ofício ao presidente do Congresso e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), assinado por dirigentes de 10 centrais, além das seis “reconhecidas” (ver acima), a CGTB, Intersindical, CSP-Conlutas e a Pública, propondo uma série de medidas.

Dentre elas está o auxílio emergencial de 600 reais; a “renovação das medidas de proteção dos empregos e salários” (seriam as mesmas que

reduziram salários ou suspenderam contratos de 10 milhões de trabalhadores por acordos individuais?); “apoio às micro, pequenas, médias e grandes empresas” (até grandes empresas, hein?!); “fortalecer iniciativas de lockdown” de governadores e prefeitos; apoiar a quebra de patentes das vacinas; recursos para a Saúde e até mesmo a discussão de um “Projeto Nacional de Desenvolvimento”.

Mas aqui queremos chamar a atenção para o ponto 5 do ofício: “Criar no âmbito do Congresso Nacional uma Comissão Nacional de Enfrentamento da Crise Sanitária e Econômica, com participação dos poderes,

dos entes subnacionais e da sociedade civil organizada”.

É espantoso! Dirigentes de centrais sindicais propõem ao Congresso que instale uma Comissão composta pelos “poderes” – o que inclui o Judiciário (seria o STF?) e o poder executivo federal, cujo titular é o genocida Jair Bolsonaro – “entes subnacionais” (governadores e prefeitos) e a “sociedade civil organizada”, onde as centrais teriam assento ao lado de entidades dos empresários e outras.

Logo, o que está sendo proposto é uma União Nacional de todos contra o vírus e a crise econômica, incluindo o presidente da República

(poder executivo), que é o principal responsável pelo colapso econômico, social e sanitário que o país atravessa.

Além de contornar a luta pelo fim do governo Bolsonaro, tal proposta de “união nacional” é a mesma que fazem todos os governos a serviço do capital mundo afora, com o objetivo de paralisar a luta e a revolta dos trabalhadores e povos, integrando as organizações sindicais a órgãos de gestão da pandemia e da crise. O incrível é que dirigentes de todas as centrais subscrevam uma proposta como essa!

Julio Turra

Segue a crise, mas governo e Congresso prosseguem ataques

Orçamento de 2021, a farra do “centrão”, enquanto pandemia, fome e desemprego aumentam

Uma coleção de tragédias se acumulam sobre o povo brasileiro. Pesquisa repercutida pela CUT aponta que hoje 20% da população adulta trabalha todo ou parte de seu tempo para aplicativos, este número era de 13% em 2020. A mesma pesquisa aponta o aumento da exploração com jornadas mais longas e rendimento menor, enquanto as fintechs (bancos digitais) e plataformas de venda na internet veem seus lucros dispararem.

Estes números reforçam o que o IBGE já havia detectado. A taxa de informalidade se aproxima de 40% e o desemprego chegou ao maior patamar desde o início da série histórica (2012) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) com 14,3 milhões de pessoas.

A combinação dos elementos da situação é mortal. A pandemia fora de controle já custou 375 mil vidas antes mesmo que abril acabe, e o ex-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Gonzalo Vecina, alerta que podem chegar a 600 mil em agosto.

O povo não cabe

Em 2020 quase R\$ 300 bi foram usados para pagar um Auxílio



Lira, Bolsonaro e Pacheco, o “centrão” fatura bilhões para garantir apoio ao genocida

Emergencial de R\$ 600,00, em média, para 67 milhões de brasileiros. O orçamento de 2021 reservou apenas R\$ 44 bi para esta mesma finalidade com valores bem menores para 22,6 milhões de pessoas a menos.

Na noite do dia 19 um acordo fechado entre governo e Congresso permitiu que o governo ultrapassasse o teto de gastos em R\$ 125 bi com o Planalto reservando mais de R\$ 20 bi para emendas parlamentares individuais, de bancadas, do relator e de comissões a partir de cortes de custeio e investimentos.

Neste orçamento foram cortadas despesas obrigatórias, como os pagamentos de aposentadorias e pensões do INSS, e retirados recursos do Abono Salarial, do Seguro Desemprego e da Agricultura Familiar,

aumentando mais ainda a pressão sobre os preços dos alimentos. Os recursos para os juros da dívida seguem intactos.

No combate à pandemia, não foi diferente. Fiscais do Tribunal de Contas da União apontaram em relatório que será analisado na CPI da Covid que “não constam dotações para as despesas de combate à pandemia” em 2021.

Bolsonaro ameaça, seu programa segue

Contudo, a percepção de que a impaciência do povo cresce também é de Bolsonaro. Em meio à profunda crise institucional ele ameaça: “O Brasil está no limite. O pessoal fala que eu devo tomar uma providência. Estou aguardando o povo dar uma sinalização, porque a fome, a miséria e o desemprego está (sic) aí”.

Certo é que não será nem o Congresso, o Supremo ou economistas e banqueiros que demonstram desconfortos e divergências que colocarão freios ou fim ao governo, pois mesmo em meio à crise Bolsonaro acabou de aprovar a PEC 186 que garroteia o orçamento dos serviços públicos na União, estados e municípios. Da mesma forma segue o programa de privatização com a entrega

de portos e aeroportos, na mira entram agora os bancos públicos, a Eletrobras e os Correios. Somente a reação nas ruas pode mudar o rumo das coisas, daí o lugar do PT em fazer um chamado ao povo com medidas concretas para tirar o país da crise e livrá-lo, o quanto antes, do governo Bolsonaro.

Marcelo Carlini

SEM VERBA, REFORMA AGRÁRIA EMPACOU

O governo praticamente zerou o orçamento para a aquisição de terras e créditos para as famílias assentadas. Enquanto isso crescem os conflitos no campo.

Em 2019, a Comissão Pastoral da Terra registrou 1.206 conflitos por terra no Brasil – o maior número da década. O aumento da tensão no campo tem origem na redução do orçamento da reforma agrária. Do montante de R\$ 3,4 bilhões do Incra, R\$ 2,1 bilhões são para pagar desapropriações de imóveis rurais feitas em anos anteriores. Em 2020, foram assentadas somente 99 famílias, a menor quantidade desde 1985 (700 famílias) De 1985 a 2018, os governos assentaram 1,077 milhão de famílias

Pandemia: um ano depois

Com a desastrosa política do governo federal mortes e contágios avançam

Abril de 2021 e o Brasil permanece afoco central da pandemia. Países fecham suas fronteiras e nos colocam como celeiro de vírus mais transmissíveis e letais. A cada dia atingimos marcas recordes de casos e óbitos. Somos o segundo país em número total de óbitos, porém ultrapassamos os Estados Unidos se avaliarmos o número de mortes por milhão de habitantes. No dia 21 o Brasil atingiu 1778 mortes/1 milhão de habitantes no Brasil. No mesmo dia, nos Unidos o número era de 1708 mortes/1 milhão habitantes.

Faltam medidas de contenção da pandemia.

Falemos da vacinação. Até hoje, dia 21, são 12,83% da população do país que foi vacinada. O Congresso e o Judiciário brincam com a aquisição privada das vacinas, desconsiderando não só a necessidade de combate do Estado coordenado e rápido, mas

desconstruindo o Programa Nacional de Imunizações do SUS. Um passo a mais no questionamento do direito à saúde. Quem pode importar e pagar terá vacina primeiro!

O congresso aprovou uma Lei em fevereiro na qual estados, municípios e entidades privadas possam negociar vacinas, mas no caso das últimas, a exigência era que qualquer compra tenha que ser 100% doada ao SUS até que todos os grupos estabelecidos como prioritários no país sejam vacinados. Depois desse limite de vacinação dos grupos prioritários, ainda 50% das doses teriam que ser doadas. Porém a Justiça Federal em Brasília, na sequência, considera inconstitucional a lei aprovada pelo Congresso, que obriga a doação ao Sistema Único de Saúde de 100%, retirando essa premissa.

Faltam testes

Falemos agora dos testes. O Brasil é

um dos países que menos testa. São 78 testes/mil-hab, levando em consideração apenas o RT-PCR. Segundo a plataforma “Our world in data” o país ocupa a posição 81 entre 110 países monitorados.

Na América do Sul, o país só fica na frente de Bolívia e Equador. O país que mais testa aqui é o Chile, com 519 testes/mil-hab. Os países que mais testam entre os monitorados são Reino Unido com 1.469/mil-hab e Estados Unidos com 1.066/mil-hab. Sabemos que a testagem em massa e rastreamento de contatos é crucial pra contenção da doença, porém não sabemos ainda qual o fim dos quase sete milhões de testes apodrecendo em Guarulhos.

Faltam políticas públicas

Retomemos a política de isolamento. É extremamente necessário a dita “quarentena” para todos os sintomáticos e seus contatos. Mas

sabemos que a informalidade prejudica a possibilidade de afastamento remunerado, e que os sintomáticos e seus familiares e contatos dos locais de trabalho continuam se expondo, principalmente na falta de diagnóstico com testes. E que políticas de lockdown, instituídas por estados e municípios, não dão a contrapartida para o trabalhador conseguir fazer esse isolamento imposto, com renda e outras garantias de sobrevivência.

Passado um ano da pandemia e esse governo Bolsonaro genocida permanece sem implantar de maneira efetiva as estratégias de contenção. Apenas com vacinação já, distribuída pelo SUS público; com testagem em massa; e com políticas públicas e de renda que garantam a sobrevivência da classe trabalhadora, poderemos ter melhores chance de atravessar esse período.

Juliana Salles

STF mantém decisão: Moro foi parcial

Depois de validar durante anos a Lava Jato, maioria do Supremo distancia-se da operação



7/04/2018: Lula chega à prisão em Curitiba onde passaria 580 dias condenado por um juiz, que só agora o STF, apesar das evidências, reconhece como incompetente e parcial

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, em 22 de abril, pela manutenção da decisão de que o ex-juiz Sergio Moro foi parcial no processo que levou à prisão de Lula por 580 dias. O placar está em sete a dois, e dois ministros ainda não se manifestaram. Um deles (Marco Aurélio Mello) pediu vistas, interrompendo a votação.

A rigor, nem poderia ter ocorrido essa discussão no plenário. Foi uma espécie de recurso, não previsto legalmente, depois que a Segunda Turma do STF, composta de cinco ministros, já havia anulado todo o processo do triplex do Guarujá, ao aprovar, por três a dois, em 23 de março, que Moro não agiu com imparcialidade. Pelo regimento da corte, uma decisão de turma equivale à decisão do STF como tal.

Como se recorda, o relator da Lava Jato no STF, Edson Fachin, anulou

de forma surpreendente, no início de março, as condenações de Lula. Argumentou para isso que Moro, juiz federal de Curitiba, não poderia ser o “juiz natural” dos casos. Já era uma manobra, com o objetivo de impedir a discussão de conteúdo sobre o fato de Moro ter conduzido o processo de forma ilegal, coordenando o trabalho dos acusadores e tolhendo o direito de defesa.

A Segunda Turma, porém, não aceitou a tese de que a decisão de Fachin tornaria sem sentido a discussão da suspeição, e declarou a parcialidade do ex-juiz. Arranjou-se, então, uma forma de o plenário votar se mantinha a decisão da turma, o que foi confirmado agora por maioria.

Judiciário não é neutro

Para a defesa da Lula, essa última decisão do STF “é uma vitória do Direito sobre o arbítrio” e o

“restabelecimento do devido processo legal e da credibilidade do Judiciário”. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, escreveu: “Maioria do STF fez justiça”. E afirmou: “Que nunca mais o Judiciário volte a ser manipulado para perseguição política”.

Claro, a decisão confirma a reparação de uma injustiça histórica. Mas, como os próprios advogados de Lula enfatizam a todo instante, a tese de que Moro não era o “juiz natural” e, portanto, não poderia julgar o processo do triplex, estava colocada desde a primeira manifestação protocolada pela defesa, em 2016!

Foram cinco longos anos em que todas as instâncias do Judiciário validaram o julgamento, a condenação sem provas e a prisão de Lula, para que agora Fachin chegue à conclusão de que o processo deveria ter ido para Brasília desde o começo.

Quanto ao mérito, ou seja, ao fato de que Moro e os procuradores da Lava Jato agiram como grupo político criminoso para perseguir Lula, foi o ministro Gilmar Mendes, agora tão crítico à operação, o responsável por pedir vistas, em 2018, e paralisar o julgamento da questão até este ano.

O STF e os tribunais inferiores do Poder Judiciário não são neutros, mas participantes ativos do processo fraudulento que levou Bolsonaro ao governo. Tomaram decisões, repercutidas pela grande imprensa, para dar ar de legalidade ao golpe contra Dilma e aos processos contra Lula. Depois que as reportagens da #VazaJato demonstraram de forma incontestável as tramoias da quadrilha de Moro, os ratos abandonam o navio que afunda.

Cláudio Soares

“LE MONDE” FALA DA INTERFERÊNCIA DOS EUA

O jornal francês “Le Monde” publicou em 10 de abril ampla reportagem sobre a Lava Jato, na qual apresenta a operação no contexto da política dos governos estadunidenses do republicano George W. Bush e do democrata Barack Obama (do qual o atual presidente, Joe Biden, era o vice).

A matéria relata que, no governo Bush, “a embaixada americana em Brasília estava tentando criar uma rede de especialistas locais, capazes de defender as posições americanas ‘sem parecer peões’ de Washington, para usar a frase do embaixador Clifford Sobel em um telegrama diplomático”.

Daí vieram os convites para Sergio Moro e outras autoridades participarem de cursos e eventos no chamado “Projeto Pontes”. No decorrer da Lava Jato, representantes do Departamento de Justiça (DoJ) dos EUA relataram publicamente sua colaboração, fora dos canais institucionais, com a operação. A colaboração visava também atacar a inserção de empreiteiras brasileiras nos mercados da América do Sul e da África, o que prejudicava empresas estadunidenses.

Revogação da LSN, já!

Acabar com esta lei da ditadura e não substituir por uma “melhorada”

A Lei de Segurança Nacional-LSN, depois de um tempo em que foi pouco acionada, voltou a ser usada em diversos casos pelo governo Bolsonaro.

A LSN está em vigor desde 1967. Foi endurecida em 1969, após o AI-5. Sofreu alterações em 1983, ainda na ditadura. Passou incólume pela Constituinte de 1987/88 e permanece como um instrumento que pode ser (e está sendo) utilizado a qualquer momento pelos governos. Com o objetivo evidente de restringir os direitos democráticos. A segurança nacional tem pouco ou nada a ver com isso.

O regime militar de 1964-85 não teve, porém, a primazia da criação de um expediente desse tipo.

Getúlio Vargas instituiu leis semelhantes, primeiro em 1935 e, depois,

em 1953. É útil notar que os militares, nos três primeiros anos da ditadura, utilizaram essa lei de 1953, que remetia os enquadrados para a justiça militar. Foram mais de 3.600 casos.

Entulho autoritário

A LSN, tal como a lei de anistia e outras, compõe o chamado “entulho autoritário” deixado pelos militares. Ela volta a ser usada num momento de crise profunda, econômica, social, política e sanitária. No mundo todo, verifica-se um ataque concentrado aos direitos democráticos, como a liberdade de expressão, manifestação e organização.

Trata-se de impedir que a classe trabalhadora e a juventude manifestem sua cólera diante da miséria, do desemprego, da destruição dos

serviços públicos, situação que, vale insistir, acontece em praticamente todos os países. As classes dominantes, no mundo todo, estão alertas: preparam-se para enfrentar as inevitáveis explosões sociais que, aliás, já começaram a acontecer. Diante disso, há um consenso da burguesia, para o qual ela procura envolver as direções tradicionais dos trabalhadores, com propostas de acordos, pactos etc.

No Brasil, a LSN significa a concretização da tutela militar, não por acaso faz parte do arsenal de Bolsonaro. Se ainda está em vigor, é porque não há interesse da classe dominante em revogá-la. Porta-vozes autorizados defendem abertamente sua manutenção. Porque a classe dominante necessita de instrumentos excepcionais para conter o movimento de massas.

Mas o povo pobre, a classe trabalhadora e a juventude olham para as coisas de outro ângulo. A democracia real é uma necessidade concreta para a defesa dos direitos econômicos, sociais e democráticos, atacados pelo governo e pelo conjunto da classe dominante.

A LSN deve ser revogada, já, e não “reformada” ou “melhorada”, armadilha na qual os trabalhadores não podem cair.

Na luta pelo fim do governo Bolsonaro, a revogação da LSN, assim como de todo o “entulho”, se insere na luta por uma Assembleia Nacional Constituinte, democrática e soberana, que promova as reformas populares necessárias e um reordenamento da Nação.

Roberto Salomão

Estados Unidos: polícia continua assassinando negros

Em meio ao julgamento do assassino de George Floyd, vidas negras são ceifadas

O New York Times de 19 de abril registra 64 mortos pela polícia estadunidense desde o início do julgamento de Derek Chauvin, o assassino de George Floyd. Isso dá uma média de mais de três por dia e, em mais da metade dos casos, são negros ou latinos.

O assassinato de George Floyd teve repercussão mundial e desencadeou as mais importantes manifestações nos EUA em décadas.

Para responder a isso, mais de 30 estados aprovaram um total de 140 leis que deveriam diminuir a violência policial (levantamento do New York Times de 19 de abril), limitando os casos em que os policiais podem fazer detenções ou reduzindo a imunidade de que gozam perante os tribunais.

Mas, de três mortos pela polícia todos os dias, mais da metade negros e latinos, idêntica à média de 2020, mostra que essas leis são apenas cortina de fumaça.

A eleição de Biden e as leis aprovadas pelos estados democratas (bem como por alguns estados republicanos, aliás), não mudam em nada a



Manifestação do Black Lives Matter na abertura do julgamento de Derek Chauvin em Mineápolis

situação dos negros. O mesmo artigo constata que “as leis e novos regulamentos adotados pelos departamentos de polícia em todo o país são insuficientes para atender às demandas do Black Lives Matter e de outros militantes, que pedem reformas em profundidade, mudanças culturais e cortes nos orçamentos das agências de manutenção da ordem”.

De fato, esses militantes estão pedindo reformas profundas, e a questão da polícia é apenas um sintoma particularmente chocante da situação que enfrentam, enquanto a epidemia de Covid-19 afetou principalmente os negros e os latinos,

dadas as condições de vida.

Para a vacinação, a localização dos postos, a necessidade de fazer agendamento pela internet, de passar por seu plano de saúde, dificultam o acesso à vacinação para os mais desfavorecidos.

Esta situação é o pano de fundo do julgamento de Derek Chauvin. Assim, são milhares de manifestantes que se reuniram todos os dias em frente ao tribunal de Mineápolis, para exigir justiça para George Floyd e depois para exigir justiça também para Daunte Wright, negro assassinado em Mineápolis em 11 de abril por uma policial.

As manifestações foram severamente reprimidas pela polícia. A polícia teme que os protestos se alastrem, a ponto de espancar e prender jornalistas presentes, que faziam reportagem sobre as condições em que manifestantes foram presos.

Condições da explosão continuam reunidas

Derek Chauvin foi condenado, mas os assassinatos de negros pela polícia continuam e sua situação econômica e sanitária continua a piorar. Se a situação deles é particular, por causa da história dos EUA, inteiramente baseada na opressão específica de que são objeto, ela é o reflexo intensificado do destino reservado a todos os trabalhadores estadunidenses. Esta é a razão pela qual, no verão passado, uma camada significativa de jovens brancos, latinos e sindicalistas se juntou aos protestos após o assassinato de George Floyd.

Quase um ano depois, embora os democratas tenham ao mesmo tempo a presidência, o senado e a câmara dos deputados, as condições para a explosão ainda existem.

Greve no metrô de Bucareste

Trabalhadores romenos lutam em defesa do emprego e salário

As portas foram trancadas na madrugada de sexta-feira e os passageiros não tiveram acesso ao metrô. Cerca de duzentos e cinquenta funcionários desceram aos trilhos na estação central de Piata Unirii, impedindo que os trens partissem no horário. Segundo relatos, novecentos funcionários participaram da ação.

Não foi o sindicato que deu início ao movimento, mas os próprios trabalhadores.

“Esta ação de protesto foi realizada na sequência do anúncio da Metrorex de sua intenção de reduzir os salários dos funcionários e fazer demissões”, disse o presidente do Unitatea-Sindicatul Liber din Metrou (USLM), Ion Radoi. “Quando nos falamos sobre demitir trabalhadores e cortar salários, não esperamos nada de bom. Quando nos deixam sem emprego, quando nos deixam sem salário, ou seja, com uma redução de 25%, não dá mesmo para aceitar”, disse Ion Radoi.

Os trabalhadores não querem dispensas na Metrorex, não querem cortes salariais e estão pedindo a criação

de novas vagas para que a atividade da empresa seja exercida em condições normais.

Por sua vez, os sindicalistas acusam o primeiro-ministro de ter imposto em 2021 uma redução das despesas salariais para os níveis de 2019, visto que no ano passado entrou em serviço outra linha de metrô. “Como inaugurar em 2020, com grande alarde, a linha 5 do metrô, com a contratação de pessoal, para operação em condições de segurança ferroviária, e, em 2021, pedir a demissão desses empregados? Não haveria os mesmos padrões de qualidade? A segurança ferroviária não é necessária?” eles dizem.

Na verdade, as autoridades não querem conceder os reajustes salariais negociados no ano passado. Note-se que o sindicato do metrô é considerado o mais poderoso da Romênia; dos quatro mil funcionários, quase todos são sindicalizados.

Funcionários sofrem intimidação

A ministra dos transportes, Catalin Drula, apresentou queixa-crime na Direção Nacional Contra a

Corrupção (DNA), contra os responsáveis pelo bloqueio do metrô de Bucareste, por obstrução da luta contra a epidemia, abuso de poder, tráfico de influência, chantagem, crimes contra a segurança e “sequestro” do tráfego ferroviário e, no que diz respeito aos dirigentes sindicais, o uso de influência e autoridade para obter dinheiro, bens e benefícios indevidos.

Além disso, a polícia da capital anunciou que tinha sido informada pela direção da Metrorex da violação da prevenção e luta contra o terrorismo, e que a denúncia fora enviada, em caráter de urgência, ao Departamento de Investigações de Crime Organizado e Terrorismo.

Até o momento, a guarda da capital aplicou vinte e três multas, no valor de 125.000 leus (mais de 25.000 euros) por: descumprimento das disposições relativas à organização de reuniões públicas em espaços fechados, visando prevenir e combater os efeitos da pandemia Covid-19; protestar sem a autorização prevista na lei; não cumprimento das medidas sanitárias, conforme também

previsto na lei relativa à pandemia Covid-19.

Sindicatos romenos, como a Federação de Engenheiros de Locomotivas, prestaram apoio aos grevistas. Também a nível internacional, sindicatos da Albânia, Azerbaijão, Bulgária, Moldávia e Turquia encontraram-se com trabalhadores e sindicatos romenos numa reunião organizada pelo Sindicato Europeu de Serviços Públicos (FSESP), em 25 de março, e dirigiu uma carta ao presidente Klaus Iohannis e ao primeiro ministro Florin Cîtu.

Após a intervenção do prefeito da capital, a administração da Metrorex concordou em negociar com os representantes sindicais. “A greve vai ser suspensa. Nós estabelecemos um calendário para as negociações na próxima semana, (os sindicalistas) apresentaram as reivindicações, vamos discuti-las. Durante as negociações, as medidas disciplinares contra os sindicalistas estão suspensas”, informou a direção da Metrorex. Com base nisso, por enquanto, o tráfego foi retomado.

Marian Tudor, de Bucareste

Segundo turno das presidenciais no Peru

Em eleições em meio à crise social e política, Pedro Castillo vai enfrentar Keiko Fujimori

Em 11 de abril ocorreram eleições para o Congresso e o 1º turno para presidente no Peru (com 18 candidatos, sete ditos de “esquerda”), em meio a uma aguda crise política, econômica e social no país, um dos recordistas em mortes e contágio pela Covid-19 na América Latina (com 33 milhões de habitantes, 50 mil óbitos pelas fontes oficiais).

Para surpresa geral - com 45% de abstenções, nulos e brancos - o mais votado foi Pedro Castillo do Peru Livre, organização que se reivindica da esquerda socialista (19% dos votos válidos), que vai enfrentar no 2º turno (6 de junho) Keiko Fujimori (13%).

Castillo, um professor rural que liderou greve nacional do magistério

em 2017, foi o mais votado em 16 das 26 zonas eleitorais e seu partido o mais votado para o Parlamento (30 cadeiras sobre 130). Verónica Mendoza, candidata “progressista” ligada ao Foro de São Paulo e ao Grupo de Puebla, ficou em 5º lugar com menos de 8% dos votos válidos.

Polarização social no 2º turno

Ouvimos Erwin Salazar, da seção peruana da 4ª Internacional e dirigente regional da CGTP (central sindical): “As eleições foram um termômetro da indignação do povo diante da política genocida do presidente Sagasti e das instituições do regime, bem como um rechaço aos partidos políticos. É o que significa a votação em Pedro Castillo, somada aos votos



Pedro Castillo em campanha

nulos, brancos e abstenção”.

Sobre o 2º turno, ele nos disse: “Castillo diz que convocará uma Constituinte, como exigiram as mobilizações do período, Keiko defende a atual Constituição, decretada num golpe militar por seu pai em 1993. Castillo diz que vai nacionalizar as grandes minas, Keiko

defende o ‘livre mercado’, isso é as multinacionais. Castillo diz que fará reforma agrária, Keiko defenderá o latifúndio. Assim vamos propor às organizações sindicais e populares o voto em Pedro Castillo para que faça em seu governo o que disse na campanha, atenda as reivindicações urgentes do povo trabalhador e convoque uma Assembleia Constituinte”.

As próximas semanas serão de polarização social no Peru em torno do 2º turno, e a candidatura de Pedro Castillo um ponto de apoio, não só para derrotar a direita Keiko - que terá apoio da grande mídia, do imperialismo e da burguesia local - mas para a luta do povo trabalhador peruano pela sua emancipação.

Correspondente

Chile: pandemia, luta e eleições constituintes

Novos protestos contra o governo às vésperas da escolha dos deputados

Os chilenos irão às urnas para eleger os deputados à Convenção Constitucional, uma conquista das mobilizações que atravessaram o Chile a partir de outubro de 2019 (“el estallido”), com o mandato de definir nova Constituição, enterrando a herança de Pinochet. Às vésperas da eleição, adiada de 11 de abril, para 15 e 16 de maio, em função do recrudescimento da pandemia, protestos e manifestações reafirmam a profunda rejeição ao governo Piñera. Um presidente que enquanto enriquece, (durante a pandemia aumentou sua fortuna em 2,9 bilhões de dólares), joga o povo num brutal empobrecimento.

Sem ajuda do governo, o povo se vê obrigado a “sacar contra o futuro”,

retirando parcelas de seus fundos de aposentadoria, num país onde a ditadura acabou com a Previdência Pública, instituindo os fundos de pensão privados que são administrados pelas AFPs.

Duas retiradas já foram feitas. Agora tramita no Congresso um projeto para permitir a terceira. Após a aprovação pela Comissão de Constituição do Senado, Piñera entrou com ação no Tribunal Constitucional (TC) para impedir que o projeto seja aprovado pelo plenário do Congresso.

Protestos e paralisação.

O ambiente estava quente devido ao descontentamento da população por não ter acesso aos bônus

oferecidos pelo governo em função dos requisitos exigidos e havia apreensão de que o governo criasse obstáculo à retirada dos fundos.

Assim que foi noticiada a ação do governo, começaram panelaços em todo o país e foram programadas ações em vários locais. No começo da noite foram registrados enfrentamentos com a polícia e numerosas barricadas.

A União Portuária do Chile por meio de uma declaração anunciou uma paralisação a partir de 21 de abril, em uma declaração que afirma: “Recorrer ao TC é um ato de prepotência que soma-se ao abandono por parte do governo de milhões de chilenos que tiveram que recorrer às suas aposentadorias futuras para

lidar com a pandemia. (...) Manifestamos novamente nosso rechaço ao Tribunal Constitucional: esta instituição, no contexto da Constituinte, deve ser eliminada, pois foi ocupada exclusivamente com fins políticos, sempre contra o povo.

Seguimos em luta para terminar com as AFPs e transitar para um modelo de solidário e tripartite. Anunciamos a paralisação efetiva para forçar o governo a retirar a ação ao TC.

Enquanto o povo passa fome e os ricos ficam mais ricos, nós trabalhadores portuários colocamos nossa capacidade estratégica a serviço do povo.”

Correspondente

Eleições no Equador: oportunidade perdida

Faltou uma política claramente anti-latifundiária e anti-imperialista

Com 52,4% dos votos, o candidato do imperialismo, Guillermo Lasso, venceu o segundo turno das eleições presidenciais do Equador, em 11 de abril, derrotando Andrés Arauz (47,6%), candidato do ex-presidente Rafael Correa (2007-2017).

No primeiro turno, 7 de fevereiro, Arauz foi primeiro (32,7%), Lasso segundo (19,7%) e terceiro Yaku Perez (19,4%), do partido Patchakutik, braço político da Conaie (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador), que protagonizou as grandes manifestações de 2019 contra medidas do acordo com o FMI,

assinado pelo atual presidente, Lenin Moreno.

Manifesto do grupo trotskysta do Equador (a OSRT) levantando reivindicações e chamando o voto em Arauz no segundo turno afirmava que:

“No setor indígena, que votou maciçamente contra Moreno, uma questão central é a distribuição de terras que rompa o monopólio dos latifundiários.

A mineração é uma questão de soberania nacional e não pode continuar em mãos das multinacionais. A exploração em grande escala agrava

a exploração dos trabalhadores e a contaminação das águas.

As aspirações dos trabalhadores e do povo só poderão ser satisfeitas com a ruptura com o capital financeiro, afirmando a soberania nacional e popular”

Não era esse, no entanto, o eixo da campanha Arauz. Embora falasse contra o acordo, ele defendia a renegociação com o FMI o que o levou a viajar a Washington, em 17 de fevereiro, para se reunir com funcionários desse órgão.

Em 11 de abril, sem surpresa, Lasso obteve os demais votos da direita,

dispersos no primeiro turno. Mas sua vitória só foi possível pela maciça transferência de votos (dois em cada três) de Yaku Perez.

Ademais do lawfare contra o correísmo e da ausência de resposta à questão da terra, a direita conseguiu manipular o descontentamento indígena contra o ex-presidente Correa em virtude dos graves conflitos ocorridos durante seu governo devido às concessões para as multinacionais explorarem a mineração em terras tradicionais.

Edison Cardoni

A vacina é um bem comum da humanidade?

Só o povo salvará o povo de um sistema que não protege a humanidade

Há um ano o planeta está submetido à pandemia que o sistema capitalista foi incapaz de prevenir e de remediar – o máximo que fez foi vacinar a conta-gotas.

Muitos não se apercebem. Os fatalistas isentam o capitalismo da responsabilidade. Outros ainda afirmam que o vírus é um inimigo comum, contra o qual todos devem se unir.

Após este longo ano, surgem vozes pregando um tal “bem comum” – as vacinas, dizem, são um “bem comum da humanidade”, e as patentes farmacêuticas devem ser flexibilizadas pelo entendimento fraterno dos governos e dos laboratórios. Que bom seria... Mas é possível acreditar nisso?

Nós lutamos pelo socialismo, pela expropriação dos grandes monopólios para a planificação econômica, pela fraternidade entre os povos. Portanto, desde já, denunciemos a manipulação dos preços e dos fornecimentos pelos trustes farmacêuticos. Mas realistas, constatamos que hoje não há governos ou movimentos expropriando monopólios. A emancipação humana (pela revolução) está um século atrasada, é um fato.

Mas o “bem comum” sob o capitalismo é uma ilusão. Velha de mais de um século, desde antes da Revolução Russa de 1917 e da Comuna de Paris de 1870. A ilusão não tem razão.

Não há “bem comum” no capitalismo onde tudo é mercadoria, inclusive a saúde. Não há fraternidade no mercado mundial, é o imperialismo. Vivemos numa sociedade de classes, com explorados e exploradores, países oprimidos e opressores. É a realidade.

Quem pode acreditar?

Quem pode acreditar que Biden e a Big Pharma se dobrem à necessidade sanitária, acima dos big lucros



Ngozi Okonjo-Iweala da OMC e Tedros Adhanom da OMS

da propriedade das patentes?

Quem acredita em apelos a Biden, Merkel e Macron para que o G-20 salve a espécie humana? Os bancos, sim, eles já salvaram algumas vezes.

O Fundo Monetário Internacional agora estuda “as revoltas” mundo afora. Ele sabe que o sistema está em crise, mas não vai se entregar. Pode até dar anéis, mas será para salvar os dedos.

A nova diretora da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, fala (fevereiro) dos “protestos pelo atraso da vacinação”, e pelo “bem comum” ela propõe uma “terceira via”: a flexibilização das licenças (patentes) para produção local. Ngozi convocou todos para resolver a questão na reunião de 24 de maio da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O diretor da OMS, Tedros Adhanom, pop star da pandemia, publicou uma declaração em março também pela flexibilização de patentes em nome do “bem comum”, até por um “novo tratado internacional” – ele foi apoiado por 24 chefes de estado, como Johnson, Merkel, Macron, Sanches (Espanha), Piñera (Chile) e Ramaphosa (África do Sul).

Não parou aí: em abril, articulada pela ONG inglesa Oxfam, uma carta pede a Biden para flexibilizar as patentes em nome do “bem comum”. É assinada por dezenas ONGs e

ex-chefes de governo de todas as cores: Gordon Brown (Inglaterra), François Hollande (França), Mikhail Gorbachev (Rússia), FHC (Brasil), Macri (Argentina) e Mesa (Bolívia).

Não acreditamos em Papai Noel. Entendemos que cidadãos, às vezes, há muito tempo trancados em casa, tenham angustias. Mas escolados líderes políticos com trajetória histórica na luta popular, estes não deveriam ser ingênuos sobre uma “quebra de patentes”.

Há algumas semanas a mídia repercutiu um manifesto de lideranças “progressistas” como Melechon (França), Correa (Equador), Ramaphosa, dirigentes do Podemos espanhol e outros. Em nome do “bem comum”, eles pedem aos líderes de certos países a “quebra de patentes”. Lula, que o leitor sabe que respeitamos muito, também assina.

Quebra de patentes? Na verdade, se trata de uma licença temporária, não expropria nada, é uma suspensão prevista em certas legislações. A questão não é ser contra ou a favor de uma “quebra” (suspensão temporária). Se flexibilizar a patente ou baixar o royalty, melhor.

Somos pela expropriação de certos grupos capitalistas por um governo digno de seu povo, então, por que não a Big Pharma? Sim, mas sabemos que na prática isso não está posto, ainda menos nos seus países-sede.

Alguns grupos têm fábricas no Brasil, mas não produzem vacinas de ponta, e não por acaso. Dependemos de duas empresas públicas, Butantan e Fio Cruz, que produzem sob licença chinesa e inglesa. Há grupos privados esperando liberar outras licenças para produção em prazo incerto – no momento, não há o que estatizar ou nacionalizar anti-covid. Uma flexibilização teria que se negociar no âmbito do mercado mundial, via OMC e OMS.

Não correr atrás de miragens

A questão no Brasil é quem pode fazer algo: Bolsonaro e seus generais? Lira e Pacheco nesse Congresso? Os valentes ministros do STF? Não acreditamos em duendes.

A situação é difícil, mas é melhor saber que a luta é dura do que correr atrás de miragens “anticapitalistas” de bem comum. Só povo salvará o povo.

Nosso foco é derrubar este governo genocida, o quanto antes melhor, para salvar a nação, agora já, não só em 2022.

Devem se destacar medidas de urgência exigidas dos governos, em todos os níveis, cada um com uma responsabilidade, mas medidas concretas que mobilizem e que o povo entenda:

- Vacinas para todos, Testes em massa, Oxigênio, Máscaras, Leitos e Verbas para o SUS; Tabelamento dos Preços, Cestas Básicas, Auxílio de R\$ 600; Não às Demissões, Não à Reforma administrativa e às Privatização dos Correios e da CEF.

Não nos desviemos disso, nenhuma “união nacional” com o genocida na luta por um novo governo, e um dia casa a cai – trabalhamos para isso, é o único caminho: Fora Bolsonaro!

Markus Sokol

ASSINE O TRABALHO:

UM JORNAL INDEPENDENTE DOS PATRÕES E GOVERNOS

R\$ 10/mês

- Acesso irrestrito no site
- Receba em casa pelo correio
- Assinatura por tempo indeterminado

OTRABALHO.ORG.BR/ASSINE

43 anos O TRABALHO

Lançado 1º de maio de 1978, jornal O Trabalho completa 43 anos de publicação ininterrupta, mantendo sua independência financeira que é a condição para a sua independência política. Essa independência foi conquistada graças aos trabalhadores e jovens que o compraram ao longo desses anos.

Agora iniciamos uma campanha por novas assinaturas: queremos comemorar este aniversário dobrando o número de assinantes!

Nestes 43 anos O Trabalho mantém o compromisso de ser um instrumento da luta independente dos trabalhadores, em defesa da independência de suas organizações, ajudar a organização da juventude e dos

setores populares em aliança com a classe trabalhadora no combate contra o capital e pelo socialismo.

Nosso jornal pôde reportar as greves do ABC nos anos 70, a luta pela criação do PT em 1981 e da CUT em 1983. Hoje reporta e busca reforçar a luta dos trabalhadores que sofrem brutalmente os efeitos da pandemia combinados à ofensiva capitalista contra seus empregos e direitos, o que no Brasil se concentra no combate pelo fim do governo Bolsonaro genocida.

Para prosseguir nesta luta contaremos com seu apoio.

A assinatura pode ser feita com nossos militantes ou pelo site: www.otrabalho.org.br